

CAMPO, CAPITAL, HABITUS: COMO O PODER SIMBÓLICO EM BOURDIEU ESCLARECE A PERPETUAÇÃO DA FALSA IDEIA DE MÉRITO NA SOCIEDADE

FIELD, CAPITAL, HABITUS: HOW SYMBOLIC POWER IN BOURDIEU CLARIFIES THE PERPETUATION OF THE FALSE IDEA OF MERIT IN SOCIETY

Recebido em 05.08.2024

Aprovado em 13.03.2025

Isabelle Cristina Moura de Lima¹

RESUMO

A temática central deste trabalho são os conceitos de campo, capital, habitus, poder simbólico em Bourdieu e mérito. Justifica-se o artigo devido à necessidade de evidenciar a falsa ideia de que a ascensão na sociedade ocorre por meio do mérito. O objetivo deste trabalho é analisar como a crença do mérito se perpetua na sociedade. A metodologia utilizada é o método hipotético-dedutivo. As análises demonstram que o mérito se mantém na sociedade por meio do poder simbólico, nutrindo sutilmente a crença de que a ascensão social resulta de esforços e habilidades, sem que as pessoas percebam que, na realidade, isso não acontece.

PALAVRAS-CHAVE: Poder simbólico; Campo; Capital; Habitus; Mérito.

ABSTRACT

The central theme of this paper is the concepts of field, capital, habitus, symbolic power in Bourdieu and merit. The article is justified by the need to highlight the false idea that social ascent occurs through merit. The aim of this work is to analyze how the belief in merit perpetuates in society. The methodology used is the hypothetico-deductive method. The analyses demonstrate that merit is perpetuated in society through symbolic power, subtly nurturing the belief that social ascent results from efforts and abilities, without people realizing that, in reality, this does not happen.

KEYWORDS: Symbolic power; Field; Capital; Habitus; Merit.

¹ Mestranda em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Bacharela em Direito pelo Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas (CIESA). Bolsista pela CAPES. E-mail: isabellemouralima@outlook.com. Orcid: <https://orcid.org/0009-0001-6300-6042>.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Observa-se que parte da sociedade tem a falsa percepção de que indivíduos que ascendem socialmente são aqueles que se esforçam, isto é, por mérito, sem considerar a influência de sua família, educação e o meio social em que vivem, bem como fatores relacionados ao privilégio, oportunidade e contextos socioeconômicos na trajetória individual.

Diante disso, busca-se entender a ascensão dos indivíduos na sociedade a partir destes conceitos fundamentais da teoria de Pierre Bourdieu: campo, capital social e cultural, habitus e poder simbólico para o entendimento do espaço social, compreensão de como os indivíduos interagem, competem, se relacionam na vida social e adquirem conhecimentos e habilidades.

Destaca-se que não é possível compreender os conceitos de campo, capital e habitus quando analisados de forma isolada, mas apenas em conjunto. Além disso, são estruturas independentes e igualmente importantes.

Em consonância com Wacquant, ao citar Bourdieu, explica que a concepção da vida social consiste nas relações, não de indivíduos ou grupos, mas de “redes de laços materiais e simbólicos, que constituem o objeto adequado da análise social” (Wacquant, 2013, p.3).

O teor deste estudo é justificado em razão da necessidade de evidenciar a crença na falsa ideia de mérito que permeia em parte na sociedade, levando os indivíduos a pensarem que seu sucesso é resultado apenas de sua dedicação e habilidades e, portanto, aqueles que não conseguem ter o sucesso reconhecido socialmente são merecedores disso.

Os questionamentos a serem respondidos no decorrer deste artigo são: de que maneira o espaço social pode ser compreendido?; como as pessoas adquirem as habilidades necessárias para alcançarem o prestígio social?; qual é a influência da família, especialmente dos pais, na ascensão dos filhos na sociedade?

O objetivo deste trabalho é analisar a ascensão dos indivíduos no mundo social e, os específicos são: compreender o espaço social em Bourdieu, bem como conceituar campo, capital social e cultural, habitus e poder simbólico em sua teoria; definir a ideia de mérito e, por fim, verificar a influência da família, em particular dos pais, no sucesso de seus herdeiros no mundo social.

A metodologia adotada no artigo é o hipotético-dedutivo. Em sequência será apresentado: campo, capital, poder simbólico e habitus. Após o entendimento do espaço social e de como os indivíduos adquirem as habilidades que influenciam seus sucessos na sociedade, será analisada a concepção de mérito.

2. CAMPO, CAPITAL E PODER SIMBÓLICO

Bourdieu aponta que as relações sociais seriam entendidas na medida em que se compreendesse o espaço social, pois é nele que os indivíduos ocupam posições sociais e participam dos eventos e interações sociais. Segundo Bourdieu (2011, p.229), o espaço social é uma “estrutura de relações objetivas que determina a forma assumida, eventualmente, pelas interações e pela representação concebidas pelos envolvidos em tais relações”. Nesse sentido:

Pode-se assim representar o mundo social em forma de um espaço (a várias dimensões) construído na base de princípios de diferenciação ou de distribuição constituídos pelo conjunto das propriedades que actuam no universo social considerado, quer dizer, apropriadas a conferir, ao detentor delas, força ou poder neste universo. Os agentes e grupos de agentes são assim definidos pelas suas posições relativas neste espaço. Cada um deles está acantonado numa posição ou numa classe precisa de posições vizinhas, quer dizer, numa região determinada do espaço [...] (Bourdieu, 1989, p.133-134).

Outro conceito fundamental na teoria de Bourdieu é o de campo, sendo o espaço em que as pessoas expressam suas preferências e atribuições, que são compartilhadas e compartilháveis pelos indivíduos:

Compreender a génesis social de um campo, e apreender aquilo que faz a necessidade específica da crença que o sustenta, do jogo de linguagem que nele se joga, das coisas materiais e simbólicas em jogo que nele se geram, é explicar, tornar necessário, subtrair ao absurdo do arbitrário e do

não-motivado os actos dos produtores e as obras por eles produzidas [...] (Bourdieu, 1989, p.69).

Bourdieu compara o campo social ao campo de futebol, tendo em vista que em ambos há posições que são ocupadas por pessoas e instituições, bem como há regras que são estabelecidas e que devem ser observadas:

De acordo com Bourdieu, o jogo que ocorre em espaços ou campos sociais é competitivo, com vários agentes utilizando estratégias diferentes para manter ou melhorar suas posições. O que está em jogo no campo é a acumulação de capitais: eles são tanto o processo num campo quanto o produto dele. Bourdieu nomeou quatro formas de capital: econômico (dinheiro e bens); cultural (p.ex., formas de conhecimento; preferências de gosto, estéticas e culturais; linguagem, narrativa e voz); social (p. ex., afiliações e redes; herança familiar, religiosa e cultural); e simbólico (coisas que representam todas as outras formas de capital e podem ser "trocadas" em outros campos, p. ex., credenciais) (Grenfell, 2018, p.96).

Desse modo, verifica-se que no campo os indivíduos não ocupam as mesmas posições sociais, pois a depender do capital ocuparão posições mais privilegiadas que outras. O capital, sob suas diferentes espécies é o que permite predominar no jogo (Bourdieu, 2011, p.230).

[...] os jogadores que começam com formas particulares de capital estão em vantagem desde o começo porque o campo depende desse capital e produz mais dele. Esses jogadores sortudos são capazes de utilizar sua vantagem de capital para acumular e avançar mais (ter mais sucesso) do que outros. Os campos são moldados de formas diferentes de acordo com o jogo que é jogado neles. Eles têm suas próprias regras, histórias, "craques", lendas e erudição (Grenfell, 2018, p.98).

Assim, certos indivíduos gozam de posições estratégicas que permitem o sucesso no campo:

As posições sociais que se apresentam ao observador como lugares justapostos, partes extra partes, em uma ordem estática, formulando a questão inteiramente teórica dos limites entre os grupos que os ocupam, são inseparavelmente localizações estratégicas, lugares a defender e conquistar em um campo de lutas (Bourdieu, 2011, p.229).

Nota-se que o capital não se reduz ao âmbito econômico, abrangendo também os capitais culturais, sociais, linguísticos, científicos, dentre outros:

[...] o sentido do termo "capital" ao empregá-lo num sistema mais amplo de trocas onde bens de tipos diferentes são transformados e trocados dentro de redes ou circuitos complexos dentro de campos diferentes, e entre eles. Ele tenta afastar da economia a instância estreita da troca mercantil e trazê-la para uma antropologia mais ampla de trocas e avaliações culturais na qual a troca econômica é apenas um tipo (ainda que o mais fundamental). Entretanto, é importante notar que outras formas de capital como o cultural e o social podem ser vistas como formas "transubstanciadas" do capital econômico (Grenfell, 2018, p. 136-137).

Ademais, o capital está associado ao que é valorizado socialmente:

[...] o capital pode ser expresso de três formas: econômico, social e cultural. O econômico se refere à riqueza monetária; o social a relações de rede úteis e prestigiosas; e o cultural a atributos culturais simbolicamente poderosos derivados da educação, da formação familiar e das posses. Todos são capitais porque agem para "comprar" posicionamentos no campo (Grenfell, 2018, p.287).

Considerando a relevância do capital social e cultural para esta pesquisa, destacam-se seus conceitos. O capital social está relacionado à importância das relações interpessoais para o alcance da ascensão social, tendo em vista que é por meio da criação de conexões sociais que aumentam as oportunidades de obter vantagens em diversos campos na sociedade.

O capital social é “(...) capital de relações mundanas, (fonte de "apoios" úteis) de honradez e respeitabilidade, muitas vezes indispensável para atrair ou assegurar a confiança da boa sociedade” (Bourdieu, 2015, p.324-325):

(...) os detentores dos títulos de maior prestígio dispõem também de um capital herdado de relações e aptidões que lhes permitem adquiri-los, como por exemplo a prática de jogos e esportes requintados, bem como as maneiras e os gostos da boa sociedade, que constituem em algumas carreiras (sem falar das trocas matrimoniais, oportunidades de aumentar o capital social de honorabilidade e de relações) a condição e talvez o fator principal do sucesso (Bourdieu, 2015, p.332-333).

O capital cultural não é limitado a bens tangíveis, como uma obra de arte, livros, mas pode ser incorporado pelos indivíduos, especialmente no seio familiar e no campo educacional, em que é institucionalizado. Ele abrange todas as formas pelas quais um indivíduo pode adquirir conhecimentos e habilidades ao longo de sua

vida, como a linguagem corporal, determinados estilos de vida, posturas, entre outros.

Observa-se que as pessoas que têm contato precoce em suas vidas com o capital cultural tendem a enfrentar menos dificuldades em comparação àquelas que só o acessam na vida adulta ou jamais o acessam. “A precocidade é considerada como a manifestação mais indiscutível das virtudes inatas, das qualidades congênitas e dos dons da natureza” (Bourdieu, 2015, p. 240)

Esse processo começa no ambiente familiar e se desenvolve posteriormente na escola e nas relações sociais. Em relação ao capital cultural herdado da família:

(...) sucesso escolar que os laureados das classes superiores, formados desde a primeira infância, pela familiarização inconsciente da educação familiar, nas sutilezas de uma cultura extra-escolar e na relação não-“escolar” com tal cultura, tendem a professar por razões inteiramente diversas (Bourdieu, 2015, p. 239).

A aprendizagem por familiarização insensível cujas condições de realização só se realizam nas famílias que têm por cultura a cultura erudita, ou melhor, para aqueles que, possuindo por cultura maternal a cultura erudita, podem manter com ela uma relação de familiaridade que implica na inconsciência da aquisição (Bourdieu, 2015, p. 258).

A família e a escola funcionam “como um dos lugares em que se produz a competencia” (Boudieu, 2011, p. 85). Bourdieu aponta para a importância da família e da escola na aquisição do capital:

A família e a escola funcionam, inseparavelmente, como espaços em que se constituem, pelo próprio uso, as competências julgadas necessárias em determinado momento, assim como espaços em que se forma o valor de tais competências, ou seja, como mercados que, por suas sanções positivas ou negativas, controlam o desempenho, fortalecendo o que é “aceitável”, desincentivando o que não o é, votando ao desfalecimento gradual as disposições desprovidas de valor (Bourdieu, 2011, p. 82).

Nesse sentido, no campo, os individuos interagem com base em escolhas incorporadas como legítimas. Segundo Bourdieu (2011, p.88):

[...] a cultura legítima é como o ar que se respira, aprende-se um senso da escolha legítima tão seguro que pode se impor simplesmente pela maneira de se realizar, à semelhança de um blefe bem-sucedido trata-se não só do senso dos bons campos de aplicação e dos bons investimentos culturais.

[...] o senso do momento oportuno para investir ou evitar o investimento, trocando de campo quando os benefícios de distinção tornam-se incertos demais; afinal de contas, esta certeza de si, esta arrogância e esta segurança é que, sendo habitualmente o monopólio dos indivíduos mais seguros do rendimento de suas aplicações, têm todas as possibilidades de impor, em um universo em que tudo é uma questão de crença, seus investimentos como os mais legítimos, portanto, mais rentáveis.

Sendo assim, possuir capital na sociedade representa poder, bem como determina as posições sociais ocupadas pelos indivíduos na sociedade.

O poder e a dominância são derivados não apenas da posse de recursos materiais, mas também da posse de recursos culturais e sociais. Ademais, através do conceito de capital simbólico, além de capturar a importância de sinais gerais de reconhecimento social, ele chama atenção ao fato de que o valor de qualquer forma de capital depende, parcialmente, do reconhecimento social (Grenfell, 2018, p. 120-121)

Desse modo, além de as pessoas não estarem na mesma condição no campo, há indivíduos em posição dominantes, isto é, eles detêm o poder de determinar as regras de como o espaço social funcionará:

Os agentes que ocupam posições particulares compreendem como se comportar no campo, e essa compreensão não apenas parece "natural", mas também pode ser explicada utilizando-se as verdades, ou *doxa*, que são o linguajar comum dentro do campo (Grenfell, 2018, p.99).

Segundo Bourdieu, a classe dominante se distingue das demais pela forma como se relaciona com elas, pelos capitais que geram seus privilégios e pelas diversas maneiras de se diferenciar e afirmar sua superioridade:

[...] classe dominante distinguem-se precisamente no aspecto em que participam da classe considerada em seu conjunto, ou seja, pela espécie de capital que se encontra na origem de seu privilégio e por suas maneiras diferentes de diferir do comum e de afirmar sua distinção que lhe são correlatas (Bourdieu, 2011, p.240).

a classe dominante constitui um espaço relativamente autônomo, cuja estrutura é definida pela distribuição, entre seus membros, das diferentes

espécies de capital, de modo que cada fração é caracterizada propriamente falando por certa configuração dessa distribuição à qual corresponde, por intermédio dos habitus, certo estilo de vida [...] (Bourdieu, 2011, p.241).

Em relação à *doxa*, ela prospera nos campos e está intrinsecamente ligada à violência simbólica, pois os indivíduos no mundo social aceitam as “regras do campo” como legítimas, porém, não questionam a veracidade dessas regras e não são coagidos a aceitá-las.

A *doxa*, como uma forma simbólica de poder, exige que aqueles submetidos a ela não questionem sua legitimidade nem a legitimidade daqueles que a exercem. O reconhecimento é o subproduto de normas não questionadas que foram internalizadas pelos agentes, mais do que qualquer pressão externa exercida sobre eles. Em um campo, a *doxa* assume a forma de uma sujeição compartilhada [...] (Grenfell, 2018, p. 158).

Todo poder de violência simbólica, isto é, todo poder que chega a impor significações e a impô-las como legítimas, dissimulando as relações de força que estão na base de sua força, acrescenta sua própria força, isto é, propriamente simbólica, a essas relações de força (Bourdieu; Passeron, 1992, p. 19).

Nesse sentido, o poder simbólico constrói a maneira como os indivíduos atuam na realidade social sem que as pessoas o percebam, pois ele não é visível, mas útil e, portanto, consegue moldar os pensamentos, sentimentos, julgamentos, avaliações que as pessoas fazem sobre o mundo social:

O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem *gnoseológica*: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social) supõe aquilo a que Durkheim chama o *conformismo lógico*, quer dizer, ‘uma concepção homogénea do tempo, do espaço, do número, da causa, que torna possível a concordância entre inteligências’ (Bourdieu, 1989, p. 9).

É desse modo que esse poder molda a realidade sem aparentar [...] é uma forma transformada, quer dizer, irreconhecível, transfigurada e legitimada” (Bourdieu, 1989, p. 15), tendo em vista que sua forma útil facilita a consolidação do poder simbólico. As pessoas apenas incorporam as estruturas de dominação existentes na sociedade como naturais, aceitando-as sem coerção e sem questionar sua veracidade.

Em consonância com Almeida (2014, v.22, p.7):

[...] a concepção do poder como resultado de processos históricos e relacionais, nos quais agentes disputam posições tendo por recurso suas próprias quantidades de poder simbólico (seus capitais), em um contexto estruturado (o campo) e estruturante da ação política (por meio do habitus), ele próprio capaz de produzir novas formas e posições de poder.

Ademais, a violência simbólica ocorre em razão de as pessoas desenvolvem a crença de que existem coisas melhores e mais dignas do que outras no mundo social e, a partir disso fazem distinções e julgamentos de forma arbitrária, sem razões plausíveis para afirmar que algo é de fato superior a outro. Ao explicar a violência simbólica em Bourdieu, Grenfell (2018, p.140) afirma que:

[...] Os campos simbólicos, com base em seus princípios específicos, estabelecem hierarquias de discriminação (algumas coisas são melhores ou mais dignas do que outras) [...]. A “violência” reflete o fato de que os relacionamentos dentro dos campos e suas hierarquias de valor são, na realidade, puramente arbitrários, e não fundamentados em princípios intrinsecamente valiosos e superiores [...].

Desse modo, ideias dominantes são produzidas e reproduzidas não por força física, mas por formas de dominação simbólica imperceptíveis, em um sistema em que os dominantes seguem as “regras do jogo”, para manter seus privilégios, enquanto os dominados aceitam essas normas, considerando o sistema legítimo.

Verificou-se que Bourdieu analisa o espaço social não pelas semelhanças dos indivíduos, mas sim por suas distinções. É desde a infância, em um processo que inicia na família e, posteriormente na escola e nas relações sociais que os indivíduos apreendem o que é considerado legítimo e passam a se posicionar no mundo social.

3. HABITUS

A partir da percepção do funcionamento do espaço social, do campo, da possibilidade de se adquirir capitais, bem como da existência de posições dominantes na sociedade, é possível entender o conceito de habitus em Bourdieu, que trata de como as pessoas adquirem disposições para experenciar o mundo social de determinada forma e não de outra.

Ressalta-se que o conceito de *habitus* em Bourdieu possui uma natureza flexível e adaptativa, está relacionado a capacidade "criadora", ativa e inventiva do *habitus* e do agente, rompendo com a definição limitada de que associa o *habitus* apenas aos comportamentos rotineiros e mecanicamente reiterados:

[...] eu desejava pôr em evidência as capacidades "criadoras", activas, inventivas, do *habitus* e do agente (que a palavra *hábito* não diz), embora chamando a atenção para a ideia de que este poder gerador não é o de um espírito universal, de uma natureza ou de uma razão humana, [...] o *habitus*, como indica a palavra, é um conhecimento adquirido e também um haver, um capital (Bourdieu, 1989, p. 61).

O *habitus* orienta as pessoas dentro de determinado campo, de acordo com seus capitais. São disposições adquiridas pelos indivíduos por meio de experiências passadas e presentes, moldando, assim, suas ações futuras. Ele "indica a disposição incorporada, quase postural" (Bourdieu, 1989, p. 61).

É a partir do *habitus* que os indivíduos agem no mundo social. As práticas têm um caráter dinâmico, as pessoas não apenas são classificadas com base nelas, mas também emitem julgamentos e classificações sobre os outros em função de suas práticas. Segundo Bourdieu:

[...] o *habitus* é, com efeito, princípio gerador de práticas objetivamente classificáveis e, ao mesmo tempo, sistema de classificação (*principium divisionis*) de tais práticas. Na relação entre as duas capacidades que definem o *habitus*, ou seja, capacidade de produzir práticas e obras classificáveis, além da capacidade de diferenciar e de apreciar essas práticas e esses produtos (gosto), é que se constitui o mundo social representado, ou seja, o espaço dos estilos de vida (Bourdieu, 2011, p. 162).

[...] o *habitus*, enquanto disposição geral e transponível, realiza uma aplicação sistemática e universal, estendida para além dos limites do que foi diretamente adquirido, da necessidade inerente às condições de aprendizagem: é o que faz com que o conjunto das práticas de um agente - ou do conjunto dos agentes que são o produto de condições semelhantes - são sistemáticas por serem o produto da aplicação de esquemas idênticos - ou mutuamente convertíveis - e, ao mesmo tempo, sistematicamente distintas das práticas constitutivas de um outro estilo de vida (Bourdieu, 2011, p. 163).

As disposições do habitus são apreendidas pelos indivíduos especialmente no seio da família, na educação e no círculo social, em que são estabelecidos padrões para discernir entre o belo e o feio, critérios para configurar uma obra de arte; as formas de se expressar e de se vestir, o que é considerado “cultura legítima”.

Assim, com o conhecimento dessas distinções presentes na sociedade, os indivíduos passam a justificar suas formas de classificar o espaço social:

[...] por intermédio das condições econômicas e sociais que elas pressupõem, as diferentes maneiras, mais ou menos separadas ou distantes, de entrar em relação com as realidades e as ficções, de acreditar nas ficções ou nas realidades que elas simulam, estão estreitamente associadas às diferentes posições possíveis no espaço social e, por conseguinte, estreitamente inseridas nos sistemas de disposições (habitus) características das diferentes classes e frações de classe. O gosto classifica aquele que procede à classificação: os sujeitos sociais distinguem-se pelas distinções que eles operam entre o belo e o feio, o distinto e o vulgar; por seu intermédio, exprime-se ou traduz-se a posição desses sujeitos nas classificações objetivas (Bourdieu, 2011, p.13).

[...] os traços distintivos associados à posição correspondente no espaço dos estilos de vida não se torna uma relação inteligível a não ser pela construção do habitus como fórmula geradora que permite justificar, ao mesmo tempo, práticas e produtos classificáveis, assim como julgamentos, por sua vez, classificados que constituem estas práticas e estas obras em sistema de sinais distintivos (Bourdieu, 2011, p. 162-163).

Verifica-se que o habitus não apenas desempenha o papel de atribuir sinais distintivos no mundo social, mas também influencia a formação dos laços na sociedade. Desse modo, aqueles que compartilham práticas similares desenvolvem afinidades, ao mesmo tempo em que se distanciam de estilos de vida distintos que não se alinham com essas práticas.

As preferências dos indivíduos fornecem “os raros traços distintivos que, funcionando como sistema de diferenças, de distâncias diferenciais, permitem exprimir as mais fundamentais diferenças sociais” (Bourdieu, 2011, p.212). Ao se movimentar no espaço social, “o indivíduo opera a identificação de bens objetivamente adequados à sua posição e ajustados entre si por estarem situados

em posições sumariamente equivalentes a seus respectivos espaços" (Bourdieu, 2011, p.217).

Desse forma, as pessoas passam a compartilhar os mesmos grupos de superioridade, a se reconhecerem como detentores de cultura legítima e a se diferenciar daqueles que não consideram possuir as mesmas características:

[...] as estratégias propriamente intencionais que levam a se distinguir do grupo imediatamente inferior - ou supostamente considerado como tal -, tratado como contraste, e a identificar-se com o grupo da posição imediatamente superior - ou supostamente considerado como tal -, assim reconhecido como detentor do estilo de vida legítimo (Bourdieu, 2011, p. 231).

Bourdieu explica que há uma lógica nas práticas referentes aos campos sociais e o "senso de jogo" de cada indivíduo, que é incorporado ao longo do tempo:

[...] muitas vezes a analogia de um jogo e a noção de "estratégia" para enfatizar a natureza ativa e criativa das práticas. Cada campo social de prática (incluindo a sociedade como um todo) pode ser compreendido como um jogo competitivo, ou "campo de lutas, onde os atores improvisam estrategicamente em sua missão de maximizar suas posições. Os atores não chegam a um campo completamente armados com conhecimento divino do estado do jogo, das posições, crenças e aptidões dos outros atores, nem das consequências totais de suas ações. Em vez disso, eles possuem um ponto de vista particular sobre os acontecimentos com base em suas posições, e eles conseguem adquirir uma noção da velocidade, do ritmo e das regras não escritas no do jogo ao longo do tempo e da experiência (Grenfell, 2018, p. 79-80).

Nesse contexto, verifica-se que muitos indivíduos se encontram "desencaixados" de determinado campo, tendo em vista que tanto o habitus quanto o campo, além de se relacionarem, estão em constante movimento. Isso explica o motivo de certas pessoas, moldadas por seu habitus, compreenderem que determinados campos não fazem parte de sua trajetória de vida e, portanto, acabam se retirando de um campo, sem que haja interferência direta de alguém.

Na obra "A reprodução", Bourdieu e Passeron explicam que pessoas oriundas da classe operária têm menos chances de ingressar no ensino superior do que indivíduos da classe média. Ao analisar sobre isso, os autores percebem que no

primeiro caso, o sistema educacional não cria obstáculos para o não ingresso dessas pessoas, elas mesmas se afastam, entendendo que o campo universitário não faz parte de suas vidas (Grenfell, 2018, p. 84-85).

Já as segundas, sabem as “regras do jogo” não escritas, sentem-se confortáveis na universidade, compreendem que faz parte natural de suas histórias de vida, advindas de sua herança (Grenfell, 2018, p. 84-85). Assim, “os atores passam a gravitar na direção dos campos sociais (e de posição nesses campos) que melhor se encaixam com suas disposições e tentam evitar os campos que envolvem um confronto habitus/campo” (Grenfell, 2018, p.86). De acordo com Bourdieu:

Aqueles que são considerados distintos têm o privilégio de não serem obrigados a inquietar-se com sua distinção: para isso, eles podem depositar sua confiança nos mecanismos objetivos que lhes garantem as propriedades distintivas, assim como no seu "senso da distinção" que os afasta de tudo o que é "comum" (Bourdieu, 2011, p.233).

Assim, as pessoas que possuem certa distinção social percebem sua posição como algo natural e demonstram confiança ao buscar o sucesso, acreditando que essa condição é parte intrínseca de sua trajetória de vida. Em contrapartida, indivíduos de classes menos privilegiadas não têm essa percepção e constantemente enfrentam barreiras invisíveis em suas experiências em busca do sucesso.

4. MÉRITO

As classes dominantes, conforme Bourdieu, detêm o monopólio das instituições educacionais de maior prestígio, mas esse sistema é ocultado por seleções democráticas que supostamente consideram o mérito e talento:

Os mecanismos objetivos que permitem às classes dominantes conservar o monopólio das instituições escolares de maior prestígio (...) se escondem sob a roupagem de procedimentos de seleção inteiramente democráticos cujos critérios únicos seriam o mérito e o talento, e capazes de converter aos ideais do sistema os membros eliminados e os membros eleitos das classes dominadas, estes últimos os “milagrosos” levados a viver como “milagroso” um destino de exceção que constitui a melhor garantia da democracia escolar (Bourdieu, 2015, p.312).

Michael Sandel, professor em Harvard, relata em seu livro “A Tirania do Mérito: o que aconteceu com o bem comum?” um caso ocorrido em março de 2019, envolvendo uma declaração de promotores de justiça sobre uma acusação contra pais ligados a um esquema de fraude conduzido pelo consultor educacional William Singer.

Singer fornecia aos pais soluções para os seus filhos, que se candidatariam a universidades de prestígio, como Yale, Stanford, Georgetown, mas que não possuíam as credencias necessárias (Sandel, 2023, p.15). Este consultor:

[...] oferecia soluções alternativas corruptas - pagava [inspetores dos exames de seleção, como SAT [...] para aumentar a nota dos estudantes, corrigindo o gabarito, e subornava treinadores para que indicassem candidatos como atletas recrutados, ainda que os estudantes não praticassem o esporte em questão. Ele até mesmo fornecia credenciais para falsos atletas, usando o Photoshop para colocar o rosto de candidatos em fotografias de atletas reais em movimento (Sandel, 2023, p.15).

Sandel (2023, p.21) explica que desde criança os pais se preocupam com a vida acadêmica de seus filhos “pais e mães ficaram intensamente envolvidos na vida de filhos e filhas - gerenciando o tempo, monitorando notas, orientando as atividades e sendo curadores de qualificações para a universidade”.

Uma das justificativas para que os pais participassem desse esquema era de assegurar o sucesso financeiro de seus filhos e de eliminar a possibilidade de passarem pela “precariedade da vida de classe média. Um diploma de universidade de renome passou a ser visto como o principal veículo da mobilidade ascendente, para pessoas que procuram subir” [...] (Sandel, 2023, p.22).

Além disso, as razões dos pais estavam associadas à garantia de manterem a estima social de terem filhos estudando em universidades de prestígio, isto é, não era suficiente deixarem suas heranças aos filhos, limitando-se a questão financeira, mas de perpetuarem algo valioso no mundo social, “o sinal distintivo meritocrático que o ingresso às faculdades de elite confere” (Sandel, 2023, p. 22).

Essa prática fraudulenta dos pais não era conhecida por seus filhos, que acreditavam no ingresso à universidade em virtude de sua dedicação e esforço:

[...] a maioria dos pais e das mães escondeu da prole sua maquinção. Entrar para a faculdade pela porta lateral carrega a mesma honra meritocrática da entrada pela porta da frente somente se o modo ilícito de entrada for dissimulado. Ninguém tem orgulho em anunciar: "Entrei para Stanford porque meu pai e minha mãe subornaram o treinador do time de vela (Sandel, 2023, p.23).

O mérito sustenta a ideia de que os indivíduos são recompensados na sociedade com base em seus esforços e habilidades e, portanto, os indivíduos são totalmente responsáveis por suas posições no mundo social.

[...] a ideia de que nosso destino está em nossas mãos, que nosso sucesso não depende de forças além de nosso controle, que depende de nós. Não somos vítimas da circunstância, mas mestres de nossa sorte, livres para ascender até onde nossos esforços, talentos e sonhos nos levarem. Isso é uma visão emocionante da agência humana, e está lado a lado com uma conclusão moralmente confortante: recebemos o que merecemos. Se meu sucesso é resultado de minhas próprias ações, algo que eu conquistei por meio de talento e trabalho árduo, posso me orgulhar disso, certo de que mereço as recompensas resultantes de minhas conquistas (Sandel, 2023, p.52).

Em consonância com Markovits (2021, p.17):

A meritocracia promete promover a igualdade e a oportunidade dando acesso à elite - no passado hereditária - a pessoas comuns, munidas apenas de talento e ambição. Promete, ainda, compatibilizar as vantagens privadas com o interesse público, ao reafirmar que riqueza e status devem ser obtidos por conquista. Juntos, esses ideais pretendem unir a sociedade em torno de uma visão comum de trabalho árduo, competência e merecida recompensa.

No entanto, em uma sociedade que não é igual, o mérito cria a falsa percepção de que as pessoas realmente têm sucesso na sociedade com base em seus esforços, desconsiderando, no caso desses alunos que passam em universidades de elite, toda ajuda que tiverem ao longo de sua trajetória, como a ajuda financeira de seus pais, auxílio de seus professores.

Além disso, o estudo em boas escolas e acompanhamento de aulas particulares nas disciplinas em que demonstravam dificuldades, auxílio na busca por credenciais para apresentarem no processo de inscrição nas universidades de prestígio, entre outros.

Sandel esclarece que a ideia do mérito está enraizada na cultura pública, que acredita na responsabilidade do destino dos indivíduos, isto é, o recebimento é com base no merecimento: “é quase como se os vencedores da globalização precisassem se convencer, e a todos os demais, de que aqueles empoleirados no topo e aqueles na parte inferior tivessem caído no lugar ao qual pertencem” (Sandel, 2023, p. 61).

Conforme Young (1958, p. 106):

Agora que as pessoas são classificadas conforme sua habilidade, a diferença entre classes inevitavelmente aumentou [...] Hoje, pessoas renomadas sabem que sucesso é apenas recompensa por sua própria capacidade, por seus próprios esforços e por sua própria realização inegável. Elas merecem pertencer a uma classe superior.

O autor acima explica também que defensores do mérito reconhecem que competições com base nele podem surgir, argumentando que:

[...] desde que todas as pessoas competam em um campo nivelado, o resultado é justo. Até mesmo uma competição justa tem vencedores e perdedores. O que importa é que todos comecem a corrida no mesmo ponto de partida [...] (Sandel, 2023, p.229).

Entretanto, conforme já observado na parte estudada neste artigo sobre o campo, ele não é nivelado. Ademais, “essa corrida armamentista meritocrática favorece a competição para as pessoas ricas e permite a pais e mães abastados passar o privilégio, para filhos e filhas” (Sandel, 2023, p.248). Nesse sentido:

[...] os ricos e poderosos fraudaram o sistema para perpetuar seus privilégios; as classes média alta e alta descobriram como passar suas vantagens adiante, para suas crianças, convertendo a meritocracia à aristocracia hereditária; universidades que alegam selecionar estudantes com base em mérito oferecem vantagens para filhos e filhas de pessoas ricas e de pessoas com conexões (Sandel, 2023, p.178)

Bourdieu (2015, p. 334), explica que o diploma é: “[...] condição permissiva, um direito de acesso cujo valor poderá ser explorado apenas pelos que detêm um elevado capital de relações sociais”. “[...]. O diploma não passa, em última instância, de uma caução facultativa que serve para legitimar a herança”.

Importante destacar a explicação que Markovits (2021, p.19-20) faz entre a aristocracia e a meritocracia. A primeira, refere-se aos privilégios herdados “por direito de nascença com base na raça ou na linhagem, e eles desfrutavam de privilégios imerecidos [...]. Na segunda “os meritocratas afirmam conquistar status por meio de talento e esforço - progredindo com justiça, usando recursos abertos a qualquer pessoa”.

Antigamente, aristocratas indolentes produziam pouco ou nada. Viviam na abundância, explorando o trabalho de outrem. Hoje, os meritocratas que trabalham duro dizem fazer sua parte, e reafirmam que suas imensas realizações contribuem com um valor justo para as sociedades que eles lideram (Markovits, 2021, p.19-20).

Verifica-se que o sistema meritocrático está diretamente relacionado ao poder simbólico, pois sutilemente promove, sem questionamentos, a perpetuação da crença de que as pessoas conquistam o sucesso com base em seus esforços e habilidades. Assim, ele consegue moldar a realidade fazendo com que os indivíduos acreditem que o alcance do sucesso na sociedade depende de mérito e talento, caso não obtenham, são merecedores disso.

No entanto, na realidade, os indivíduos não competem em um mesmo nível de campo, filhos de pais ricos chegam mais preparados e têm mais oportunidades para ascensão na sociedade, com o auxílio do capital adquirido de seus pais e do campo educacional, além de suas conexões sociais ao longo de suas trajetórias e do prestígio de estudar em uma universidade de elite, como no caso visto neste tópico.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente artigo, constatou-se por meio da análise de campo, capital social e cultural, habitus, poder simbólico, a sutileza que permite a uma pessoa alcançar a ascensão social, por meio de um processo que não é visível, bem como o papel

desempenhado pela família, em particular pelos pais, que, desde a infância, buscam garantir que seus filhos tenham vantagens no espaço social ao longo de sua trajetória.

Ademais, verificou-se que a ideia de mérito é falsa, sendo sustentada pelo poder simbólico, uma vez que perpetua a crença de que as pessoas podem alcançar sucesso em suas vidas apenas com esforço, sem ajuda externa.

As problemáticas desta pesquisa foram: de que maneira o espaço social pode ser compreendido?; como as pessoas adquirem as habilidades necessárias para alcançarem o prestígio social?; qual é a influência da família, especialmente dos pais, na ascensão dos filhos na sociedade?

Quanto ao primeiro questionamento, observou-se a importância do campo no entendimento do espaço social, pois ele auxilia na análise de como os indivíduos interagem, competem e se relacionam na vida social.

Além disso, a percepção de que o capital não é reduzido ao âmbito econômico, mas abrange diversas formas de capital, em especial para este artigo o social e cultural, sendo fundamental para compreender como os indivíduos realizam distinções e julgamentos no espaço social, de forma que essas práticas possam resultar em duas realidades: a identificação dos indivíduos uns com os outros ou o distanciamento devido às suas diferenças no espaço social.

Em relação ao segundo questionamento, que está vinculado as ideias de campo e capital, o habitus explica sobre como as disposições são incorporadas pelos indivíduos na sociedade, suas formas de ver o mundo; de enxergarem suas histórias e de como se sentem sobre ele; de levarem seus estilos de vida; os conhecimentos internalizados no campo educacional, círculo social e da família.

Em referência ao terceiro, verificou-se a importância do papel da família, em especial dos pais, na ascensão de seus filhos no espaço social, que proporcionam ensinamentos sobre o capital cultural e fornecem todos os recursos necessários para o desenvolvimento de habilidades reconhecidas pelo espaço social.

Conclui-se pela presença do poder simbólico no sistema meritocrático, pois sua sutileza permite que a ideia de mérito perpetue ao longo do tempo sem que seja

percebida e questionada, reforçando e facilitando a manutenção da crença individual e social de que as pessoas ascendem socialmente com base em seus esforços e habilidades. No entanto, o mérito oculta privilégios transmitidos pela herança da família, escola e relações sociais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Frederico de. As elites da justiça: instituições, profissões e poder na política da justiça brasileira. **Revista de Sociologia e Política**, v. 22, p. 77-95, 2014. Disponível em:<<https://www.scielo.br/j/rsocp/a/nRHNG5QrmsFqZbhT7V6KfYn/>>. Acesso em 2 dez.2023

BOURDIEU, Pierre. **A distinção**: crítica social do julgamento. Porto Alegre: Zouk, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo, 2015.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

GRENFELL, Michael. **Pierre Bourdieu**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Vozes, 2018.

MARKOVITS, Daniel. **A Cilada da Meritocracia**: como um mito fundamental da sociedade alimenta a desigualdade, destrói a classe média e consome a elite. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021.

SANDEL, Michael J. **A Tirania do Mérito**: o que aconteceu com o bem comum? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023.

WACQUANT, Loïc. Poder simbólico e fabricação de grupos: como Bourdieu reformula a questão das classes. Novos estudos CEBRAP, p. 87-103, 2013. Disponível em:<<https://www.scielo.br/j/nec/a/YpYqRsNwYVYFvfQQcK7pZqw/?lang=pt>>. Acesso em 2 dez.2023.

YOUNG, Michael. **The Rise of the Meritocracy**. Harmondsworth: Penguin Books, 1958.